

156



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333653-8
Agravante: Fundação de Aposentadorias e pensões dos Servidores do
Estado de Pernambuco - FUNAPE
Procurador: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
Agravado: José Maria Lopes de Lima
Advogado: Dr. Afrânio Gomes de Araújo Lopes Diniz
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO.
PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. REJEITADA.
MÉRITO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE
POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL.
EXTENSÍVEL AOS APOSENTADOS E
PENSIONISTAS. ENTENDIMENTO PACÍFICO.
RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO
MAJORITÁRIA.

1 - Deve ser rejeitada a prescrição da pretensão
autoral, por possuir o direito perseguido natureza
de trato sucessivo.

2 - A Gratificação de Risco de Policiamento
Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual
nº 59/2004, por se tratar de gratificação de
caráter geral, há de ser paga também aos
pensionistas e inativos. No sentido posto, a
jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior
Tribunal de Justiça.

3 - Recurso de Agravo Improvido.

4 - Decisão por maioria.

ACÓRDÃO

157
10/06/2014

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 0333653-8, em que figura como agravante FUNAPE e outro e como agravados José Maria Lopes de Lima. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 10/06/2014, por maioria de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 10/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



158
10/6

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333653-8
Agravante: Fundação de Aposentadorias e pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE
Procurador: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
Agravado: José Maria Lopes de Lima
Advogado: Dr. Afrânio Gomes de Araújo Lopes Diniz
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra decisão terminativa que, nos autos do Agravo de Instrumento, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao instrumentalizado, mantendo-se incólume a decisão interlocutória então recorrida.

O agravante interpôs o presente recurso, alegando – resumidamente – em suas razões, que é vedada a concessão antecipada de tutelas que impliquem em pagamento, pelo Poder Público, de vencimentos, proventos, ou qualquer espécie de vantagem pecuniária. Além disso, que a gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo não é extensiva – indistintamente e automaticamente – a todos os ativos, mas apenas e exclusivamente àqueles que preencherem os requisitos legais à sua percepção. Acrescenta que a incorporação da referida gratificação é absolutamente vedada, nos termos do art. 14 da LC nº 59/04. Acrescenta a ocorrência do risco de dano *inverso*, além da prescrição em face da pretensão autoral.

Requer ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a Segunda Câmara de Direito Público dessa Corte de Justiça.

É o relatório.

Recife, 10/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



159
top.

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333653-8
Agravante: Fundação de Aposentadorias e pensões dos Servidores do
Estado de Pernambuco - FUNAPE
Procurador: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
Agravado: José Maria Lopes de Lima
Advogado: Dr. Afrânio Gomes de Araújo Lopes Diniz
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO

Suscita o agravante a presente prescrição da pretensão autoral, sob o argumento de que a ação fora ajuizada em 2014 e o ato impugnado é datado de 2004 (Lei Complementar nº 59).

Tenho que a suscitação não merece acolhida, pois o direito aqui debatido é de trato sucessivo, renovando-se o prazo a cada ato considerado lesivo. Dessa forma, conheço e rejeito a preliminar.

É como voto.

Recife, 10/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



160
160

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0333653-8
Agravante: Fundação de Aposentadorias e pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco - FUNAPE
Procurador: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo
Agravado: José Maria Lopes de Lima
Advogado: Dr. Afrânio Gomes de Araújo Lopes Diniz
Relator: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do recorrente reside contra decisão terminativa que, nos autos do agravo de instrumento, com arrimo no art. 557, *caput* do CPC, negou seguimento a interposição, mantendo-se incólume a decisão interlocutória recorrida.

Mantenho e reafirmo o entendimento lançado na decisão recorrida, no sentido de que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos. No sentido posto, a jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça, consoante arestos adiante ementados:

PREVIDENCIÁRIO. RECURSO DE AGRAVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO A INATIVOS E PENSIONISTAS. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PRECEDENTES UNÂNIMES DOS TRIBUNAIS. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.1- Constata-se a interposição de Recurso de Agravo contra decisão terminativa monocrática que deu provimento parcial à Apelação Cível.2- A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos.3- Com a inexistência de fato novo relevante, a simples rediscussão da matéria foge a alçada do recurso intentado, a jurisprudência é uníssona não albergando a recorribilidade das

161
106
decisões já apreciadas fora do recurso específico para tal. Manifestam-se neste sentido tanto o Tribunal local como os Tribunais Superiores. 4- Recurso de agravo conhecido e improvido à unanimidade (RA 11174140-8/01, 7CC, Rel. Des. João Bosco, julgado em 24/03/2009).

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATIFICAÇÃO PROVISÓRIA. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO INATIVOS. POSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. ATO DISCRICIONÁRIO. RECURSO ESPECIAL JULGADO. NÃO-CABIMENTO. 1. A Gratificação Provisória, prevista no art. 13 da Medida Provisória n.º 1.587/97, convertida na Lei n.º 9.651/98, tem caráter geral e linear, pois o seu recebimento não está condicionado ao cumprimento de qualquer exigência por parte dos servidores ativos. Dessa forma, é extensível aos inativos e pensionistas o direito à gratificação provisória, por força do disposto no art. 40, § 4.º, da Carta Magna. 2. O sobrestamento, previsto no art. 543, § 2º e § 3º, do CPC, é ato discricionário do julgador, e tem lugar nos casos em que o recurso extraordinário interposto é predominante e prejudicial ao julgamento do apelo especial. 3. Inviável formular pedido de sobrestamento do recurso especial, em face de sua prejudicialidade, após o julgamento realizado com fulcro no art. 557 do CPC. 4. Agravo regimental improvido (AgRg no Ag 940168/RJ, T5, Rel. Min. Jorge Mussi, DJ 04/12/2008).

Assim, em face do exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente recurso de agravo, mantendo-se incólume a decisão ora recorrida.

É como voto.

Recife,

10/06/2014

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

162

[Assinatura]

Recurso de agravo nº 333653-8

Agravante: FUNAPE.

Agravado: José Maria Lopes de Lima Salgado.

VOTO

A pretensão deduzida na ação ordinária de origem é a implantação da mencionada Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo nos proventos de aposentadoria da parte ali autora, aqui agravado, sob fundamento de se tratar de gratificação geral.

Em que pese ter me inclinado anteriormente neste sentido requerido, de que a citada gratificação teria caráter geral, inclusive levando em conta precedentes deste Sodalício, melhor analisando a matéria de fundo, passei a me posicionar de forma distinta.

É que o serviço de Policiamento Ostensivo constitui atividade-fim da Polícia Militar do Estado, abrangendo as ações de Segurança Pública preventiva e repressiva, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento de guarda dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e as demais modalidades previstas no art. 24 da Lei nº 11.328/96, nos moldes da LCE nº 59/04.

A gratificação em referência foi criada pelo art. 8º da LCE nº 59/04 para ser concedida exclusivamente aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar e que, cumulativamente, desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da mesma legislação e que estejam lotados nas Unidades Operacionais da Corporação e nos Órgãos de Direção Executiva, mediante ato de designação específica, cumprindo escala permanente de Policiamento Ostensivo, e se apenas estes fazem jus à referida gratificação, aparenta-se que sua natureza é *propter laborem*, sendo certo, ainda, que as gratificações de natureza *propter laborem* não são incorporáveis para fins de aposentadoria ou pensionamento, porquanto sua concessão está condicionada ao exercício de atribuições específicas ou em face das condições excepcionais do serviço, como na hipótese dos autos.

Nessa linha se assenta a jurisprudência do STJ, conforme aresto adiante ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 535 CPC. EXISTÊNCIA DE OMISSÃO. POLICIAL MILITAR. CABO DA ATIVA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. EXTENSÃO DE VANTAGEM. GRATIFICAÇÃO DE ENCARGOS ESPECIAIS. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. INOCORRÊNCIA. VANTAGEM PROPTER LABOREM. AUSÊNCIA DE LINEARIDADE E GENERALIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA A

COMPLEMENTAÇÃO DO JULGADO. I - Os embargos de declaração devem atender aos seus requisitos, quais sejam, suprir omissão, contradição ou obscuridade. Havendo um dos requisitos - omissão - o recurso integrativo deve ser acolhido. II - Consoante jurisprudência dominante nesta Corte, inviável a extensão a outros servidores públicos ou militares, da Gratificação de Encargos Especiais concedida aos Coronéis por ato administrativo, ante a inexistência de previsão legal. III - Aplica-se à espécie, o entendimento consolidado na Súmula 339 do Supremo Tribunal Federal, segundo o qual não cabe ao Judiciário aumentar vencimentos de servidores sob o fundamento da isonomia. IV - Não há que se falar em ofensa ao art. 37, X da Constituição Federal ante a impossibilidade de extensão de vantagem *propter laborem* concedida aos servidores em exercício em razão de suas atribuições específicas. V - Embargos acolhidos apenas para, reconhecendo a ocorrência de omissão, complementar o aresto embargado, sem alteração da conclusão do julgado (EDcl no AgRg no RMS 21023, T5, rel. Min. Gilson Dipp, DJ de 07/11/2006).

Por outro lado, analisando atentamente a LCE nº 59/04, faço ver que em seu art. 7º e parágrafo único, as vantagens remuneratórias decorrentes das gratificações de Representação de Função, de Moradia, de Exercício, de Nível Hierárquico, de Capacidade Profissional e de Incentivo foram extintas e incorporadas ao soldo dos Militares do Estado com os seus respectivos valores nominais, estendendo-se também, e apenas estas, aos proventos de inatividade e às pensões, diferentemente do ocorrido com a Gratificação de Policiamento Ostensivo, devida apenas aos militares em efetivo serviço ativo da Polícia Militar, conforme já demonstrado.

Ademais, ao ser instituída a mencionada gratificação através da legislação de regência, foi elaborado cronograma financeiro para os pagamentos devidos apenas para aqueles que fazem jus ao benefício na ativa, de modo que estender seu pagamento a aposentados e pensionistas implicaria em aumento de vantagem sem fonte de custeio, a implicar em vulneração ao princípio do orçamento.

Em outras palavras, o Estado institui uma política pública, visando incrementar a guarda ostensiva nas ruas dos nossos municípios, hoje tão carente de efetividade, cria uma fonte de custeio própria e o Judiciário, agindo como legislador positivo, estende essa gratificação a todos, inclusive aposentados e pensionistas, para mim, com todo o respeito, desvirtuando todo o sentido da norma de regência, em detrimento de um resultado prático social de muito mais efetividade.

Pelo exposto, voto pelo provimento do presente recurso.

É como voto.

Recife, 10 de junho de 2014

Des. Ricardo Paes Barreto



2670

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 10/06/2014
AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 333653-8 – RECIFE
AGRAVANTE: FUNAPE – FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIA E
PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AGRAVADO: JOSÉ MARIA LOPES DE LIMA
RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO GUIMARÃES

O RELATÓRIO ENCONTRA-SE À FL. 158 DOS AUTOS.

O VOTO DO RELATOR ENCONTRA-SE ÀS FLS.159/161 DOS AUTOS.

O VOTO DIVERGENTE DO DES. RICARDO PAES BARRETO ENCONTRA-SE ÀS FLS. 162/163 DOS AUTOS.

O DESEMBARGADOR FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO ACOMPANHA O VOTO DO DES. RELATOR.

DECISÃO:

“ POR MAIORIA DE VOTOS, IMPROVEU-SE O RECURSO DE AGRAVO ”.
